

ARTIGO

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Adriana Polloni

Clóvis Furlanetto

Gislene Dias dos Santos

Pedro Gilberto Arnaut

Sérgio da Rocha Paris

RESUMO

A desigualdade social no Brasil é um problema que afeta grande parte da população brasileira, embora nos últimos anos ela tem diminuído.

Apesar desses avanços nas últimas décadas, a desigualdade social permanece um desafio significativo para o Brasil, exigindo políticas públicas eficazes e um compromisso contínuo com a justiça social.

O presente artigo expõe este tema complexo e persistente, marcado por profundas disparidades econômicas e sociais. Desde o período colonial, as estruturas de poder e a distribuição de recursos no país têm favorecido uma pequena elite, enquanto a maior parte da população enfrenta desafios significativos para acessar serviços básicos, como educação, saúde e moradia. Espera-se que a contribuição deste estudo possa melhorar o panorama aqui apresentado.

Palavras-chave: Desigualdade social, disparidade econômica e social, serviços básicos.

ABSTRACT

Social inequality in Brazil is a problem that affects a large portion of the population, although it has been decreasing in recent years.

Despite these advances in recent decades, social inequality remains a significant challenge for Brazil, requiring effective public policies and a continued commitment to social justice.

This article exposes this complex and persistent issue, marked by profound economic and social disparities. Since the colonial period, power structures and the distribution of

resources in the country have favored a small elite, while the majority of the population faces significant challenges in accessing basic services such as education, health care, and housing. It is hoped that the contribution of this study will improve the panorama presented here.

Keywords: Social inequality, economic and social disparity, basic services.

INTRODUÇÃO

O presente artigo e a pesquisa visam compreender as raízes e as várias dimensões da desigualdade social no país, incluindo as econômicas, educacionais, raciais e regionais. Isso ajuda a identificar os fatores que perpetuam essas desigualdades, a pesquisa também tem o objetivo de aumentar a conscientização pública sobre a desigualdade social. Isso pode mobilizar a sociedade civil e engajar mais pessoas na busca por soluções.

Também enfatiza que o combate à desigualdade social no Brasil requer uma abordagem abrangente e integrada, envolvendo tanto reformas no sistema tributário como o fortalecimento dos programas sociais. Aumentar a progressividade dos impostos diretos, especialmente o Imposto de Renda Pessoa Física, e diminuir a regressividade dos impostos indiretos são medidas fundamentais para alcançar maior equidade na distribuição de renda.

Diante do exposto fica a questão a ser respondida por essa pesquisa: Como o desenvolvimento pode contribuir para a redução da desigualdade do social no Brasil?

Os fatores que mais contribuem para a desigualdade social no Brasil são: **Histórico de exclusão:** Desde a colonização, certos grupos, como os afro-brasileiros e indígenas, enfrentaram discriminação e falta de acesso a recursos. **Distribuição de renda:** A disparidade entre ricos e pobres é uma das mais altas do mundo, com uma pequena parcela da população detendo grande parte da riqueza. **Educação:** A qualidade da educação varia drasticamente entre as regiões e classes sociais, impactando as oportunidades futuras das crianças. **Saúde:** O acesso aos serviços de saúde também é desigual, com as regiões mais pobres enfrentando maiores dificuldades. **Mercado de trabalho:** A informalidade e o desemprego afetam mais fortemente os trabalhadores de baixa renda, perpetuando a pobreza.

E as regiões mais afetadas pelos problemas sociais são o Norte e o Nordeste do país, os quais apresentam os piores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil.

Diariamente o noticiário brasileiro reúne casos que exemplificam como a desigualdade social atinge a sociedade e impede que uma grande parcela da população consiga melhorar sua qualidade de vida. Educação e saúde e saneamento básico são alguns dos fatores que mostram como os ricos e pobres tem acessos distintos a direitos básicos. A isso, somam-se ainda oportunidades de trabalho e acesso à cultura e lazer.

A desigualdade social é um problema histórico e estrutural, herança do nosso período colonial e que funciona como um ciclo que se alimenta com o passar dos anos, sustentado pela má distribuição de renda. Enfim, não é apenas uma questão econômica, mas também de justiça social. Abordá-la requer um esforço conjunto da sociedade, governos e organizações para promover um futuro mais equitativo para todos os brasileiros.

As causas da desigualdade social no Brasil, um fenômeno persistente, são bastante conhecidas:- Política fiscal injusta num sistema tributário regressivo; - Pouco acesso à educação de qualidade; - Distribuição injusta dos benefícios econômicos; - Baixos salários; - História de colonização e escravidão; - Concentração de terras e inexistência de uma reforma agrária.

Desigualdade social é um mal que afeta todo o mundo, em especial, os países que ainda, encontram-se em vias de desenvolvimento. A desigualdade pode ser medida por faixas de renda, em que são consideradas as médias dos mais ricos em comparação às dos mais pobres. Também podem ser utilizados, como dados para o cálculo de desigualdade, fatores como o IDH, a escolarização, o acesso à cultura e o acesso a serviços básicos — como saúde, segurança, saneamento etc.

A renda, por ela mesma, não garante que os dados de desigualdade sejam plenamente verificados, pois a qualidade de vida pode, em alguns casos, independe dela. Porém, em geral, qualidade de vida e renda caminham juntas. Foi pensando nisso que o estatístico italiano Corrado Gini criou, em 1912, o índice ou coeficiente de Gini.

A desigualdade econômica do Brasil afeta diretamente seu crescimento e estabilidade. Dois estudos recentes investigam o papel do Estado na redistribuição de renda e da trajetória da política fiscal, apontando caminhos para resolver esse problema. O seminário das Quintas, promovido pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), abordou o assunto e apresentou uma novidade:

O primeiro painel, o texto “O papel redistributivo do Estado em um país altamente desigual: evidências do Brasil no início do século XXI” foi apresentado por Theo Ribas Palomo, mestrando na Paris Scholl of Economics e pesquisador do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Universidade de São Paulo (USP). O trabalho tem como coautor de Fernando Gaiger Silveira, diretor de Desenvolvimento Institucional do Ipea.

Na segunda mesa, o conflito distributivo e os limites da redistribuição de renda no Brasil foram discutidos, tendo como palestrante Pedro Romero Marques, coordenador de Pesquisas Made-USP e doutor em Economia pela mesma instituição. Para debater os trabalhos, o economista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sergei Soares, participou remotamente de Genebra, na Suíça.

O Brasil é marcado por altos níveis de desigualdade e o primeiro estudo investiga o papel crescente do Estado na redistribuição de renda. A pesquisa examinou o impacto das políticas públicas sociais no país, analisando o sistema tributário e os programas de transferência de renda e seus efeitos sobre a desigualdade e a pobreza durante as primeiras décadas do século XXI.

O Brasil é conhecido por sua alta concentração de renda, onde o 1% mais rico da população detém 28,3% da renda total, tornando-o um dos países mais desiguais do mundo. O país também tem experimentado mudanças significativas nas últimas décadas em relação à desigualdade, especialmente nos anos 2000.

O estudo mostra que o sistema tributário brasileiro continua predominantemente regressivo, com o efeito dos impostos indiretos sendo compensado apenas parcialmente pela progressividade dos impostos diretos. O aumento dos gastos sociais no período analisado introduziu ganhos progressivos substanciais, resultando em uma redução líquida de 15,9% no índice Gini, que mede o grau de desigualdade nos países.

Segundo Pedro Ferreira de Souza, pesquisador do Ipea, um levantamento de um período tão longo utilizando também dados do imposto de renda é inédito no Brasil. E algumas das conclusões a que o pesquisador chegou contrariam o que se pensava antes. Para Ferreira de Souza, a concentração no Brasil “não obedeceu modelos pré-definidos:

não houve a história de primeiro crescer pra depois distribuir, nem é verdade que a desigualdade está sempre piorando”.

A pesquisa também percebeu que o país vive ondas de concentração de renda e que os dois piores períodos para a desigualdade aconteceram nas duas ditaduras do período analisado: o Estado Novo e a ditadura militar. Durante todo o período, a renda do 1% mais rico variou em torno dos 25% do total. Já o 0,1% mais rico ficou com algo próximo de 10% da renda nacional.

ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados para a pesquisa sobre a Desigualdade Social no Brasil, observamos resultados que revelam desafios significativos, mas também que mostra avanços em algumas áreas. Apesar da redução da pobreza e da extrema pobreza em 2022, desigualdades regionais e sociais persistem, com altas taxas de exclusão social em diversas cidades e regiões do país. A pesquisa sobre desigualdade social no Brasil nos mostrou um cenário complexo, com avanços e desafios. O acesso a serviços básicos, como saúde e educação, ainda varia significativamente, impactando a qualidade de vida da população.

A desigualdade social no Brasil, como já visto anteriormente é um problema estrutural com raízes históricas e profundas causas, que se manifesta em diversos aspectos como renda, acesso à educação e saúde, e oportunidades no mercado de trabalho, entre outros. E mesmo com os avanços nas últimas décadas, o país ainda figura entre os mais desiguais do mundo.

Para analisar essa complexa questão, o trabalho utilizou dados estatísticos de fontes como o IBGE e outras pesquisas relevantes. O indicador selecionado foi:

I Índice de Gini: Mede a concentração de renda, permitindo identificar o grau de desigualdade.

Os dados da desigualdade social no Brasil são assustadores. Usamos também como referência o Mapa da Riqueza no Brasil. A pesquisa realizada pela FGV Social, publicada em fevereiro de 2023, conseguiu unir a base de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) com a base da Pnad Contínua, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado foi que a desigualdade social no Brasil é ainda maior do que o imaginado. Segundo esses dados, o índice de Gini chegou a 0.7068 em 2020, bem acima dos 0,6013, calculados apenas a Pnad Contínua. Mesmo com o Auxílio Emergencial, ao contrário do que se acreditava, a desigualdade brasileira não caiu durante a pandemia.

Palafitas em São Luís, capital do Maranhão. O estado possui o menor índice de renda por habitante do país. Os lugares do Brasil com maior renda do IRPF por habitante são: Brasília (R\$3148); São Paulo (R\$2063); Rio de Janeiro (R\$1754).

A unidade da federação com a menor declaração de patrimônio por habitante é o Maranhão (R\$6300). No outro extremo, está o Distrito Federal (R\$95 mil). No entanto, mesmo dentro da capital, há muita concentração de riqueza, liderada pelo Lago Sul (R\$1,4 milhões). No que se refere ao IDH, que mede, além de riqueza, educação e expectativa média de vida, verifica-se a mesma discrepância. Entre os 20% mais ricos, o país teria um IDH superior ao da média da Islândia ou Noruega, mas, ao considerar-se os 20% mais pobres, o IDH brasileiro seria o mesmo registrado por países como Índia ou Namíbia.

O IDH de toda população brasileira diminuiu após a pandemia, e, atualmente, no conjunto de 189 países, o Brasil encontra-se na 87ª posição, ao lado dos países com médio desenvolvimento humano. “O Brasil é um país mundialmente conhecido por causa das medidas implementadas para combater a desigualdade social. Reunimos uma lista com 10 políticas e programas mais significativos dos últimos anos.

1 - Programa Bolsa Família: lançado em 2003, transfere uma renda direta que beneficia famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa combina diversos benefícios e condições para promover o acesso à educação e saúde, contribuindo para a redução da pobreza.

2 - Minha Casa, Minha Vida: iniciado em 2009, visa facilitar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, oferecendo subsídios e condições favoráveis para a aquisição da casa própria.

3 - Valorização do salário-mínimo: entre 2004 e 2016, houve um esforço político para aumentar o salário-mínimo acima da inflação, buscando melhorar o poder de compra dos trabalhadores de renda mais baixa.

4 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): criado em 2011, visa ampliar a oferta de cursos técnicos e de formação profissional, buscando qualificar a mão de obra e facilitar o acesso de jovens e adultos ao mercado de trabalho.

5 - Política de cotas nas universidades: implementada a partir de meados dos anos 2000, visou aumentar o acesso de estudantes de escolas públicas, negros e indígenas ao ensino superior.

6 - Plano Nacional de Educação: instituído em 2014, estabeleceu metas para melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso à educação infantil, promover a inclusão e reduzir as desigualdades educacionais.

7 - Estatuto da Igualdade Racial: criado em 2010, visa combater o racismo e promover a igualdade racial, estabelecendo diretrizes para a implementação de políticas públicas específicas.

8 - Sistema Único de Saúde (SUS): o fortalecimento do SUS durante esse período buscou garantir o acesso universal aos serviços de saúde, reduzindo as disparidades nesse sentido.

9 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): lançado em 2007, incluiu investimentos em infraestrutura social, como saneamento básico, transporte e habitação, buscando reduzir as disparidades regionais e melhorar a qualidade de vida.

10 - Lei Maria da Penha: implementada em 2006, visa combater a violência doméstica e proteger as mulheres, contribuindo para reduzir as desigualdades de gênero.

As possíveis soluções para a desigualdade social no Brasil são desafiadoras. O começo passa por aquelas que apresentam resultados mais imediatos e que são relacionadas ao emprego e à renda das pessoas, especialmente em setores que historicamente enfrentam as maiores desvantagens. São esses brasileiros, homens e mulheres da população negra, que necessitam primeiramente de incentivos para a redução do desemprego e o aumento da renda.

O combate à discriminação e à desigualdade de gênero e raça, sobretudo no mundo do trabalho, não é uma política identitária, isto é, que supostamente contemplaria apenas interesses ou perspectivas dos grupos sociais oprimidos. Ao contrário, o combate à desigualdade social traz benefícios a toda sociedade e pode ser considerado uma política social e até econômica.

CONCLUSÃO

A desigualdade social no Brasil, enraizada em séculos de história e marcada por profundas disparidades regionais e de classe, continua a ser um dos principais desafios para o desenvolvimento do país.

O presente trabalho buscou analisar as múltiplas facetas desse problema, desde suas causas históricas até suas consequências na atualidade. Constatou-se que a desigualdade social não é apenas uma questão econômica, mas também social, política e cultural, afetando a vida de milhões de brasileiros.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar as causas, dimensões e consequências da desigualdade social no Brasil e propor soluções para sua redução. Ela busca entender como a desigualdade afeta diferentes grupos sociais e regiões, e como ela se relaciona com questões como pobreza, acesso à educação, saúde, emprego, e outros indicadores sociais.

Em resumo, o trabalho revela que a desigualdade social no Brasil é um problema estrutural, com impactos significativos na vida das pessoas e na economia do país. Embora haja avanços pontuais, a desigualdade persiste e requer ações efetivas para garantir o acesso a direitos básicos e reduzir as disparidades sociais, de acordo com pesquisadores da UOL.

A desigualdade social no Brasil é um desafio complexo que exige ações integradas e articuladas em diversas áreas para que o país possa alcançar um desenvolvimento mais justo e sustentável.

É urgente a necessidade de implementação de políticas públicas mais eficazes e abrangentes, que garantam o acesso à educação de qualidade, à saúde, à moradia digna e a oportunidades de trabalho para todos os cidadãos. Além disso, é fundamental combater o racismo estrutural e promover a inclusão social de grupos historicamente marginalizados.

Dados do IBGE, levantados em 2017, apontam que naquele ano os 10% mais ricos detinham 43,3% da renda do país, enquanto os 10% mais pobres tinham acesso a apenas 0,7% da renda total do país.

Além do histórico de desigualdades vindos da época colonial, outros fenômenos colaboram com o crescimento e acentuação das desigualdades sociais no país. São eles:

I Má distribuição de recursos da educação, saúde, cultura lazer e transportes públicos;

I Desvio de verbas das prefeituras, estados e União;

I Lógica capitalista de mercado (estímulo ao consumo, mais-valia);

I Desemprego;

I Crescimento do mercado informal.

“Nós temos no Brasil uma cultura do arroubo, com um momento de grande entusiasmo, mas que não dá sequência. De repente, um assunto ganha tremenda adesão, mas tem vida curta, é fogo de palha. Nós precisamos trabalhar para dar mais consistência às nossas iniciativas.”

Essa frase, do economista e escritor Eduardo Giannetti, reflete bem o momento que vivemos na pandemia do novo coronavírus. Depois do recorde de doações no início de 2020, o assunto foi perdendo espaço e os recursos para o terceiro setor voltaram a escassear. Agora que vivemos uma situação crítica da pandemia e de suas consequências — sendo a fome a mais cruel e visível —, as doações já não mobilizam tanto os indivíduos e as empresas.

“As pessoas têm que perceber a interdependência, estamos juntos nesse país. O que acontece ao nosso redor nos diz diretamente respeito, e não adianta pensar que nós não temos nada a ver com isso. Nós temos tudo a ver e somos, em parte, responsáveis”, completa o economista, em entrevista ao podcast Aqui se Faz, Aqui se Doa, do Instituto MOL e do Movimento Bem Maior, com apoio do IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social).

Se estamos juntos nessa situação, como bem pontua Giannetti, precisamos encarar nossas deficiências e planejar um país melhor, todos os dias, com consistência.

Doar para organizações da sociedade civil é uma das formas de contribuir para mudar os nossos trágicos dias. Passado um ano de atuação intensa, as ONGs continuam a alimentar, fornecer máscaras, álcool gel e outros equipamentos de proteção, apoiar o ensino à distância e o atendimento médico de qualidade — quando falta até mesmo oxigênio.

Para quem acha que já está fazendo a sua parte, e que o problema está nos outros, o economista é taxativo: “Todos nós não nos reconhecemos no país que nos

cerca. E, no entanto, o resultado de todos nós juntos é rigorosamente o Brasil que aí está”, diz.

Essa chama que acendeu a solidariedade do brasileiro no início do ano passado ainda está entre nós, e pode ser direcionada para uma transformação duradora da nossa sociedade. Basta nos olharmos sem vaidade, e passarmos a contribuir para construir o futuro que queremos viver.

*Texto publicado na coluna: Razões para Doar, de Época Negócios, em abril de 2021.

Finalmente, é importante destacar que uma sociedade mais igualitária é desejável, e políticas devem ser direcionadas para que uma sociedade onde a renda seja tão concentrada como o Brasil não tenha seu crescimento econômico comprometido.

Uma política pública particularmente útil diz respeito a incentivos para aquisição de capital humano, que tendem a contribuir para o crescimento econômico e reduzir a concentração de renda. Uma política direcionada a transferências de renda também são interessantes se forem bem desenhadas para gerarem os incentivos desejados nos agentes da nossa economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, S. “Desigualdade, Interdependência e Políticas Sociais no Brasil”. In PIRES, R. R. C. (org.). Implementando Desigualdades Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

BEZERRA Juliana. Bacharelada e Licenciada em História, pela PUC-RJ. Especialista em Relações Internacionais, pelo Unilasalle-RJ. Mestre em História da América Latina e União Europeia pela Universidade de Alcalá, Espanha.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. "Desigualdade social no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social-no-brasil.htm>. Acesso em 19 de maio de 2025.

PORFÍRIO, Francisco. "Desigualdade social"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social.htm>. Acesso em 19 de maio de 2025.

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/07/21/a-historia-da-desigualdade-no-brasil-segundo-este-autor>

https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gad_source=1&gad_campaignid=20055275434&gbraid=0AAAAABwHzDpu meDPLZ1K0PhGmHH-1i2-X&gclid=EAIaIQobChMI--fu7qfdjQMVAJ9aBR2Leh5hEAMYAiAAEgISmPD_Bw

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil#:~:text=O%20estudo%20ressalta%20que%20a,maior%20investimento%20em%20capital%20humano.>

IBGE: Dados sobre pobreza, desigualdade e outros indicadores sociais no Brasil, Agência de Notícias - IBGE.

Oxfam Brasil: Estudos e artigos sobre desigualdade social e pobreza, Oxfam Brasil.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

<https://institutomol.org.br/biblioteca/doacao-e-permanente-nao-pode-ser-so-fogo-de-palha-diz-eduardo-giannetti/>

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social-no-brasil.htm>

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social.htm>

<https://www.todamateria.com.br/desigualdade-social-no-brasil/>

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>